

Cláusula 13.ª

Produção de efeitos

O presente contrato produz efeitos desde 1 de Julho de 2010.

Cláusula 14.ª

Disposições finais

1 — Nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, este contrato-programa será publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa serão submetidos a arbitragem nos termos da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto.

3 — Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o tribunal administrativo de círculo, nele podendo ser reproduzidos todos os meios de prova apresentados na arbitragem.

Assinado em Lisboa, em 31 de Dezembro de 2010, em dois exemplares de igual valor.

31 de Dezembro de 2010. — O Presidente da Direcção do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., (*Luis Bettencourt Sardinha*). — O Presidente da Federação de Patinagem de Portugal, (*Fernando Elias Claro*).

204226964

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Despacho n.º 1748/2011

Nos termos conjugados do disposto no artigo 12.º, n.º 5, da Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 154-A/2009, de 6 de Julho, no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 19/2009, de 4 de Setembro, e no artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — É nomeada secretária-geral do Ministério da Defesa Nacional, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a mestre Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão, possuidora de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respectivas funções.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011.

4 de Janeiro de 2011. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão;

Naturalidade: Rio Frio, Bragança;

Data de nascimento: 1 de Outubro de 1962.

2 — Formação académica:

Mestrado em Administração e Políticas Públicas, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2006-2008;

Curso de defesa nacional, no Instituto da Defesa Nacional, em 2002-2003;

Pós-graduação em Direito do Ambiente, parte lectiva, no Centro de Estudos Judiciários — Centro de Estudos Ambientais e de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, em 1995-1996;

Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, em 3 de Março de 1988.

3 — Actividade profissional:

Vice-presidente da Autoridade Florestal Nacional, desde 1 de Dezembro de 2009;

Desde 2008 encontra-se integrada entre as posições remuneratórias 9.ª e 10.ª da carreira geral de técnico superior;

Directora de serviços de Administração Geral, da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, de 25 de Junho de 2007 a 30 de Novembro de 2009;

Directora administrativa e financeira da UMIC — Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P., de 1 de Agosto de 2006 a 3 de Agosto de 2007;

Directora de serviços de Programação e Normalização da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional de 9 de Janeiro de 2002 a 31 de Julho de 2006;

Chefe de divisão de Estudos Ambientais da Direcção de Serviços de Programação e Normalização da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional, de 12 de Dezembro de 1995 a 8 de Janeiro de 2002;

Chefe de divisão de Estudos e Planeamento do Gabinete Técnico do Secretário Regional do Turismo e Ambiente da Região Autónoma dos Açores, acumulando a coordenação da Divisão de Arquivo e Documentação do mesmo Gabinete, de Setembro de 1994 a 28 de Fevereiro de 1995;

Coordenadora do Gabinete Técnico do Secretário Regional do Turismo e Ambiente da Região Autónoma dos Açores, de 12 de Outubro a Setembro de 1994, nomeada nos termos do despacho do Secretário Regional de 12 de Outubro de 1991;

Em 9 de Abril de 1990, integra o quadro de pessoal da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente da Região Autónoma dos Açores;

Professora provisória das disciplinas de Matemática de Sociologia e Direito, de Janeiro de 1997 a Abril de 1990.

4 — Formação específica:

Curso de alta direcção em Administração Pública (CADAP), no ISCTE em 2009-2010, concluído com a classificação de 16,8 valores;

Curso «Programa de formação em gestão pública» (FORGEP), no INA em 2005, concluído com a classificação de 16,8 valores;

Seminário de alta direcção, previsto no artigo 12.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, de 28 de Junho a 2 de Julho de 2004.

5 — Formação complementar:

Frequentou vários cursos, seminários e outras acções de formação, nas áreas financeira, nomeadamente o diploma de especialização em Direcção Financeira, concluído com a avaliação de 18,1 valores, Planeamento, Gestão, Ambiente e Administração Pública, quer a nível nacional quer ao nível internacional, salientando-se a NATO School (SHAPE), em OBERAMMERGAU, Alemanha.

6 — Publicações:

Co-autora do artigo «Ambiente, poluição e gestão ambiental», publicado no *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXXI, Abril-Junho de 2001, pp. 259-274;

Autora de 12 guiões, para a elaboração de uma série, subordinado ao tema «Conduta ambiental nas Forças Armadas»;

Produtora executiva de sete filmes subordinados ao tema «Conduta ambiental nas Forças Armadas»;

Dois folhetos de sensibilização, subordinados aos seguintes temas, «Consciência ambiental — Consciência, educação, bom senso» e um «Guia de bolso sobre a protecção do meio ambiente».

204223301

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Instituto Camões, I. P.

Aviso n.º 2407/2011

1 — Nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e na alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por meu despacho de 21 de Outubro de 2010, no uso da competência que me confere a alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugada com o artigo 25-A da Lei n.º 3/2004 de 15 de Janeiro e com o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 119/2007 de 27 de Abril, se encontra aberto procedimento concursal comum, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, grau três, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal do Instituto Camões, I.P. (IC, I. P.).

Não foi efectuada consulta prévia à ECCRC nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da referida Portaria, uma vez que, não tendo ainda sido publicado qualquer procedimento concursal para a constituição de reserva de recrutamento, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade da referida consulta, conforme instruções da DGAEP.

2 — Legislação aplicável — Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

3 — Local de Trabalho — Instituto Camões, I. P., sito na Av. da Liberdade, 270, 1250-149, Lisboa.